Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL AMAMPA
GOIÁS BRASIL

RESOLUÇÃO N° 001/2023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

Estabelece a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Brasil Central, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do Consórcio; e

Considerando-se as deliberações da Assembleias Geral Extraordinária do Consórcio, realizada nesta data na cidade de Goiânia - GO;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a redação final para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Brasil Central, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Por deliberação da Assembleia Geral, as redações finais de que trata o artigo anterior ficaram aprovadas e deverão ser publicadas para os fins legais, dando-se conhecimento aos interessados e oportunizando eventuais pedidos de informações, esclarecimentos e/ou contestação.

Parágrafo Único - Após a publicação, a Superintendência do Consórcio, deverá providenciar o encaminhamento da minuta do projeto de lei com a redação final aprovada que compõe o 3º Termo Aditivo de alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio para que os Municípios submetam a ratificação do Poder Legislativo, conforme Art. 12-A da Lei Federal 14.662/2023.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Goiânia - GO, 13 de dezembro de 2023.

CALOS ALBERTO ANDRADE OLIVEIRA
Presidente do Consórcio
Presidente da Assembleia Geral

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

ANEXO – I
ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES/CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
Projeto de Resolução 001/2023
(Redação Final da proposta de alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público (Assembleia Geral do Consórcio do dia 13/12/2023)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público firmado em 28/02/2013 e aditado em 18/01/2023 (1º Termo Aditivo) e 21/03/2023 (2º Termo Aditivo), passa a vigorar com as seguintes alterações:

TITULO I (DISPOSIÇÕES INICIAIS)

CAPITULO I (DO CONSORCIAMENTO)
(ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE INGRESSO)
(CLAUSULA 1ª, ALTERAÇÃO DO § 1º)
CLAUSULA 1ª. *(Dos entes federados subscritores)* Podem ser subscritores do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio.

.....

§ 1º. O ente federado não mencionado no *caput* somente poderá integrar o Consórcio mediante pedido formal à Diretoria Executiva, e de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público que, conforme prevê o Art. 12-A da Lei Federal 14.662/2023, terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio e à ratificação mediante lei pela maioria dos entes consorciados.
(CLAUSULA 2ª, NOVA REDAÇÃO, INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS)
CLÁUSULA 2ª. *(Da ratificação)*. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante leis aprovadas por, pelo menos 2 (dois) Municípios subscritores **converter-se-á em Contrato de Consórcio Público,** ato constitutivo do doravante denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL/GO, com a sigla CBC/GO.

.....

§ 6º. Aprovado o ingresso de novo ente federado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado ou de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.
§ 7º. Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do protocolo de intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores.
§ 8º. Não aceitas as reservas o Município não será admitido.
§ 9º. Os estatutos poderão dispor sobre outros procedimentos de formalização do ingresso de novos entes públicos federados no Consórcio.
(CLAUSULA 3ª, INALTERADA)

CAPITULO II (DOS CONCEITOS)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

(ATUALIZAÇÃO DA REDAÇÃO)

CAPITULO III (DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE)
(ALTERAÇÕES)
(CLAUSULA 4ª ALTERADA)

CLÁUSULA 4ª. *(Da denominação e natureza jurídica).* O consórcio público é denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL/GO, com a sigla CBC/GO, sendo pessoa jurídica de direito público interno, com natureza autárquica, do tipo associação pública, na forma do art. 41, IV do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes federados **que o constituem.**

(CLAUSULA 5ª, INALTERADA)
(CLAUSULA 6ª ALTERADA)

CLÁUSULA 6ª. *(Da sede e área de atuação)* A sede do Consórcio Intermunicipal Brasil Central é na Avenida Wilson Quirino de Andrade Nº 450, Sala 12, Bairro Anhanguera, CEP – 75.400-000, Inhumas Estado de Goiás, e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram. ***(redação dada pelo 1º termo aditivo)***

PARÁGRAFO ÚNICO. Deliberação da Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, bem como criar ou extinguir unidades operacionais e escritórios em qualquer localidade.

CAPITULO IV (DOS OBJETIVOS)
(RENOMEADO, DIVIDIDO EM 3 SEÇÕES COM NOVAS CLAUSULAS)

CAPITULO - IV
DAS ÁREAS DE SERVIÇOS, E OBJETIVOS
Seção I
Das áreas de serviços

CLÁUSULA 7ª. *(Áreas de serviço público)* Os objetivos do Consórcio serão implementados nas seguintes áreas de serviço público:

I – Saneamento Básico;
II – Meio Ambiente;
III – Saúde;
IV – Educação;
V – Recursos Hídricos;
VI – Energia e Iluminação Pública;
VII – Transporte;
VIII – Trânsito;
IX – Industria e Comércio e Agricultura.
X – Assistência Social

CLÁUSULA 8ª. *(Da inclusão de outras áreas de serviço público)* A Diretoria Executiva poderá propor e a Assembleia Geral do consórcio deliberar sobre a inclusão de outras áreas de serviço público.

Seção II
Objetivos gerais

CLÁUSULA 9ª. *(Dos objetivos gerais)* Observados os limites constitucionais e legais o **Consórcio** tem por objetivos gerais:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II - prestação de Serviços públicos transferidos ao consórcio;

IV - o compartilhamento ou uso em comum de bens, máquinas, instrumentos e equipamentos;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

V - a produção de informações ou de Estudos técnicos;

VI - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;

VII - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente;

VIII - o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenha sido delegadas ou autorizadas;

IX - o apoio e fomento do intercâmbio de experiencias e informações entre os entes consorciados;

X - exercício de competências pertencentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegação;

XI - representar o conjunto dos Municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade e de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

XII - planejar, supervisionar, coordenar, orientar, gerir, controlar e avaliar as ações e atividades do Consórcio;

XIII - planejar, adotar, exercitar as funções de gerenciamento e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região, especialmente nas áreas de serviço definidas neste capítulo;

XIV – Capitação de recursos via emendas parlamentares para execução de obras, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, de interesse comum, nas áreas de serviços objeto do consórcio;

XV -realizar licitação compartilhada da qual decorram contratos administrativos celebrados por entes consorciados ou órgãos de sua administração indireta dentro das areas de atuação do Consórcio.

CLÁUSULA 10ª. *(Do planejamento dos objetivos)* Para implementação dos objetivos do Consórcio serão elaborados planos de trabalho específicos, detalhados com total abrangência de critérios necessários e próprios para cada área acima definida, inclusive para o contrato de rateio, previamente aprovados pela Assembleia Geral;

CLÁUSULA 11ª. *(Da articulação regional)* O Consórcio promoverá formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos técnicos, apoio e o fomento do intercâmbio de experiências entre os entes consorciados;

CLÁUSULA 12ª. *(Dos instrumentos de gestão)* Para o cumprimento de suas finalidades, o Consórcio fica autorizado a valer-se dos seguintes instrumentos de gestão, mediante decisão da assembleia geral:

a) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades públicas e privadas;

b) promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo poder público;

c) ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando este contrato;

d) estabelecer contrato de programa para a prestação dos serviços públicos fixados neste contrato de consórcio;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

e) adquirir ou administrar bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

f) prestar serviços públicos mediante a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na regulação, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinados;

g) prestar serviços, inclusive de assistência técnica, à execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

h) outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, indicando de forma especifica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor;

i) desenvolver outras ações que, por sua natureza, venham promover o aperfeiçoamento dos serviços públicos;

j) contratar operação de crédito observados os limites e condições estabelecidas na legislação pertinente;

k) definir preços e tarifas, bem como seu reajuste, revisão e reequilíbrio financeiro, levando em conta, além dos custos operacionais, os critérios definidos pela legislação vigente de cada ente consorciado pela oferta do serviço público, respeitando as regras de rateio estabelecidas nos instrumentos contratuais.

l) emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos pelo Consórcio;

Seção III

Objetivos específicos

(CLAUSULA 7º RENUMERADA PARA 13ª, COM ADEQUAÇOES)

CLÁUSULA 13ª. *(Área de Saneamento Básico)* Resíduos Sólidos e Águas Pluviais:

.....

CLÁUSULA 14ª. *(Área de Meio Ambiente)* Licenciamento Ambiental:

I – Exercer competências de Licenciamento Ambiental mediante descentralização da SEMAD/GO;

II – Aquisição de produtos de limpeza para órgãos da administração pública.

CLÁUSULA 15ª. *(Área de Saúde)* Aquisição de materiais e serviços:

I – Compra de veículos de transporte de pacientes;

II – Compra de medicamentos de uso continuo e ambulatoriais para atendimento de programas municipais;

III – Compra de equipamentos e aparelhos de exame;

IV – Contratação de cirurgias médicas;

V – Contratação de exames clínicos;

CLÁUSULA 16ª. *(Área de Educação)* Aquisição de materiais e serviços:

I – Compra de materiais escolares para atendimento de programas municipais;

II – Compra de veículos de transporte escolar;

III – Compra de móveis e equipamentos para escolas públicas.

IV – Construção e reforma de escolas.

CLÁUSULA 17ª. *(Área de Recursos Hídricos)* Uso sustentável das águas.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

I – Representação dos entes consorciados nos Comitês de Bacias Hidrográficas no território do Consórcio.

II – Recuperação de nascentes, e matas ciliares.

CLÁUSULA 18ª. *(Área de Energia e Iluminação Pública)* Aquisição de materiais e serviços:

I – Compra de lâmpadas, cabos, postes, e outros materiais elétricos;

II – Aquisição de veículos, maquinas e equipamentos para prestação compartilhada do serviço junto aos entes consorciados.

III - Implementação de fontes alternativas de energia sustentável, inclusive a energia solar, eólica em toda a sua extensão e outras;

CLÁUSULA 19ª. *(Área de Transporte) Desenvolvimento da infraestrutura e* manutenção de vias municipais e estaduais de transporte:

I – Celebração de convenio com a GOINFRA-GO para manutenção de rodovias, pavimentação, construções de pontes, e uso compartilhado de máquinas e equipamentos;

II – Aquisição de peças de veículos e máquinas,

CLÁUSULA 20ª. *(Área de Trânsito)* Segurança de Trânsito:

I – Celebração de convenio com o DENTRAN-GO para sinalização e educação de trânsito nos municípios consorciados.

CLÁUSULA 21ª. *(Área de Industria, Comércio e Agricultura)* Promover a implantação de industrias na região do consórcio, o desenvolvimento do comércio regional, o registro sanitário (serviço de inspeção municipal), via consórcio:

I – Implantação de Polos industriais na região.

II – Implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, via Consórcio, para produtos alimentícios de origem animal e vegetal.

CLÁUSULA 22ª. *(Área de Assistência Social)* Apoiar a realização de Programas Assistenciais dos municípios:

I – Construção de moradias populares;

II – Construção de Creches;

III – Aquisição de cestas básicas para doação.

IV – Aquisição de enxovais de bebê.

CAPITULO V (DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS)

(RENOMEADO, DIVIDIDO EM 2 SEÇÕES COM NOVAS CLAUSULAS)

CAPITULO V
DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
Seção I
Disposições gerais

CLÁUSULA 23ª. *(Da autorização da gestão associada)* Fica autorizada, pelos municípios consorciados, a gestão associada por meio do Consórcio, de serviço público correlatos às finalidades da instituição.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Italo Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

Parágrafo único. A gestão associada autorizada no caput refere-se ao exercício de planejamento, à regulação ou fiscalização e prestação dos serviços autorizados, nos termos de contrato de programa, ou delegação pelo consórcio nos termos da Lei nº. 8.987/1995 ou da Lei nº. 11.079/2004.

CLÁUSULA 24ª. *(Da abrangência da gestão)* A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único – Exclui-se o território do município a que a lei de ratificação tenha aposto reserva para excluí-lo da gestão associada de serviços públicos.

CLÁUSULA 25ª. *(Da transferência das competências)* Para a consecução da gestão associada, os entes consorciados transferirão ao Consórcio, sempre mediante lei ratificadora, o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da prestação dos serviços públicos objetivados neste instrumento.

Parágrafo primeiro. As competências transferidas por meio do caput desta cláusula são, entre outras:

I – elaboração e avaliação de projetos, programas, ações e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II – elaboração de planos de investimentos para a expansão, a reposição e a modernização dos serviços públicos oferecidos;

III – restrição de acesso ou suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida de prévia notificação;

IV – elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;

V – acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços delegados;

VI – apoio à prestação dos serviços, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção;

b) a reposição, a expansão e a operação dos serviços técnicos;

c) a manutenção de maior complexidade, como a manutenção mecânica eletromecânica, mecatrônica, entre outros;

d) o controle de sua qualidade, exceto das tarefas relativas a esta atividade que se mostrarem convenientes realizar de modo descentralizado pelos municípios consorciados, nos termos do contrato de programa;

CLÁUSULA 26ª. *(Dos termos de parceria e dos contratos de gestão).* Fica vedado ao Consórcio estabelecer os Termos de parceria ou os Contratos de gestão, de que tratam respectivamente a Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, e a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, e que tenham por objeto a prestação de quaisquer dos serviços públicos sob regime de gestão associada.

Seção II
Disposições especificas

(CLAUSULA 8º RENUMERADA PARA 27ª)

.....

(CLÁUSULA 9ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 28ª COM ADEQUAÇÃO)
(CLÁUSULA 10ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 29ª)
(CLÁUSULA 11ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 30ª)
(CLÁUSULA 12ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 31ª)
(CLÁUSULA 13ª RENUMERADA PARA CLAUSULA 32ª)

(INSERÇÃO DO CAPITULO VI, NO TITULO I)
(DOS CONSORCIADOS)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 33ª. *(Dos direitos)* Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor a Assembleia Geral do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Contrato de Consórcio Público.

Paragrafo único. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para votar e ser votado, bem como exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste protocolo de intenções ou no contrato do consórcio público.

CLÁUSULA 34ª. *(Dos deveres)* Constituem deveres sociais:

I – cumprir e fazer cumprir o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e o Estatuto, em especial, quanto aos pagamentos devidos ao CBC/GO;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determinam o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e o Estatuto, os Contratos de Programa, os Contratos de Rateio, e outros instrumentos pactuados com o CBC/GO;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

TITULO II (DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO)

CAPITULO I (DISPOSIÇÕES GERAIS)

(INTRODUÇÃO DE NOVA CLÁUSULA)

CLÁUSULA 35ª. *(Da estrutura organizacional)* A estrutura organizacional do Consórcio é formada por órgãos de deliberação, direção, apoio técnico e administrativo, consultivo e controle social e de fiscalização.

(CLÁUSULA 14ª RENUMEADA PARA CLÁUSULA 36ª)

CAPITULO II (DOS ÓRGÃOS)

(ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CONSÓRCIO E ADEQUAÇÕES)

(CLÁUSULA 15ª RENUMEADA PARA CLÁUSULA 37ª COM NOVOS ÓRGÃOS, REVOGAÇÃO DO INCISO VIII (~~Da Conferência Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais),~~ E READEQUAÇÃO)

CLÁUSULA 37ª (Dos órgãos). O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

.....

I – Assembleia Geral;
II – Diretoria Executiva;
III – Presidência;
~~IV~~– Ouvidoria;
V – Superintendência;
VI – Conselho Regional do Consórcio~~;~~
VII – Comissões Técnicas;
VIII – Diretoria Financeira
IX – Conselho Fiscal;

.....

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CAPITULO III (DA ASSEMBLEIA GERAL)
(ALTERAÇÕES, ADEQUAÇÕES E REVOGAÇÕES)

Seção I
Do funcionamento

(CLÁUSULA 16ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 38ª COM ALTERAÇÃO DO § 2º E § 3º E INSERÇÃO DO § 6º)

.....

§ 2º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito respectivo devidamente autorizado pelo prefeito via oficio ao consórcio assumirá a representação do ente federativo na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º. Os Chefes do Executivo poderão também outorgar mandato aos secretários de administração ou das respectivas áreas de serviços do Consórcio para representar o ente consorciado na Assembleia, os quais assumirão os direitos de voz e voto.

§ 6º. Somente os representantes de entes federados com contratos de rateios assinados, empenhados, e em vigor poderão participar das deliberações da Assembleia Geral,

.....

(CLÁUSULA 17ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 39ª, COM ALTERAÇÃO)

CLÁUSULA 39ª. *(Das reuniões).* A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente para eleição dos membros das Diretorias e do Conselho Fiscal, e para prestação de contas do exercício anterior, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

(CLÁUSULA18ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 40ª)

(CLÁUSULA 19ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 41ª, COM NOVA REDAÇÃO)

CLÁUSULA 41ª. *(Do quórum).* A Assembleia Geral instalar-se-á com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos consorciados, e deliberará por maioria simples dos representantes de 1/3 (um terço) dos entes consorciados presentes e aptos a votar, exceto sobre as matérias que exijam quórum superior nos termos do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio ou dos estatutos

Seção II
Das competências

(CLÁUSULA 20ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 42ª COM ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS, E INSERÇÃO DO § 3º.)

CLÁUSULA 42ª. *(Das competências).* Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções original ou seus adendos após dois anos da respectiva subscrição;

.....

IV – eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva, da Diretoria Financeira, e do Conselho Fiscal;

V - destituir o Presidente, Diretores e Conselheiros Fiscais do Consórcio;

VI – destituir membros das Comissões Técnicas e os membros do Conselho Regional do Consórcio;

VII – aprovar:

.....

f) o quadro de pessoal, bem como as remunerações, os adicionais e as gratificações.

g) os adicionais e as gratificações de servidores cedidos ao Consórcio.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

h) aprovar as contas anuais do Consórcio, e encaminhá-las para apreciação do TCM/GO.

.....

IX – aceitar a cessão de servidores com ônus para o Consórcio.

.....

XIV – aprovar alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio.

.....

§ 3º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências da Assembleia Geral.

(SEÇÃO III - RENOMEADA, COM REVOGAÇÃO DE CLAUSULAS E NOVA REDAÇÃO)

Seção III

Da eleição, Da posse e Da destituição das Diretorias e do Conselho Fiscal

(CLÁUSULA 21ª ~~(Da eleição do Presidente e da Diretoria)~~ REVOGADA)

(CLÁUSULA 22ª ~~(Da nomeação e da homologação da Diretoria Executiva).~~ REVOGADA)

(CLÁUSULA 23ª~~(Da destituição do Presidente e do Diretor).~~ REVOGADA)

CLÁUSULA 43ª. *(Da eleição dos Diretores e membros do Conselho Fiscal).* O Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor Financeiro Substituto e Conselheiros Fiscais serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de entes consorciados em dia com seus deveres sociais.

§ 2º. O presidente instalará a Assembleia e abrirá prazo de 30 (trinta) minutos para apresentação de chapas com os membros da Diretoria Executiva.

§ 3º. Apresentadas as chapas, o presidente facultará o prazo de 10 (dez) minutos ao candidato a presidente da respectiva chapa para as considerações pertinentes, e em seguida a votação ou aclamação caso seja chapa consensual.

§ 4º. A eleição será mediante voto público, nominal e aberto, ressalvada a eleição por aclamação.

§ 5º. Será eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados.

§ 6º. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por meio de indicações consensuais dos participantes da Assembleia logo após a eleição dos diretores.

CLÁUSULA 44ª. *(Do mandato e da Posse)* O mandato dos Diretores e dos Conselheiros Fiscais é de 02 (dois) anos permitida a reeleição para mandatos subsequentes.

§ 1º. Os períodos de mandato serão sempre coincidentes com os dois primeiros e com os dois últimos anos das gestões municipais.

§ 2º. O mandato inicia-se com a posse, da qual será lavrado e assinado o Termo na forma definida pelo o Estatuto.

§ 3º. Após o encerramento da eleição, iniciar-se-á a cerimônia pública da posse, que por decisão da Assembleia poderá ser marcada para outra data.

§ 4º. O eventual atraso na eleição e posse não implicará a alteração da data e término do mandato, mas apenas na prorrogação *pro tempore* do mandato anterior.

CLÁUSULA 45ª. *(Da destituição do cargo)* O Presidente, demais Diretores e os Conselheiros poderão ser destituídos mediante deliberação da Assembleia, bastando ser apresentada moção de censura, subscrita por pelo menos 3 (três) consorciados, atendido o direito de defesa.

§ 1º. Apresentada moção de censura, as discussões da Assembleia serão interrompidas e será a mesma imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

§ 2º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra por quinze minutos ao seu primeiro subscritor e, se presente, o mesmo tempo para a palavra daquele que se pretenda destituir.

§ 3º. Na ocorrência de vacância de cargo pela destituição, a mesma Assembleia elegerá o novo titular por maioria simples dos presentes.

§ 4º. O estatuto definirá os motivos para apresentação da moção de censura.

*(**SEÇÃO IV** (~~Da elaboração e alteração dos estatutos~~) REVOGADA)*
(CLÁUSULA 24ª (~~Da Assembleia estatuinte).~~ REVOGADA)

*(**SEÇÃO V** RENUMERADA PARA SEÇÃO IV, COM ADEQUAÇÕES)*
(CLÁUSULA 25ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 46ª)
(CLÁUSULA 26ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 47ª)

CAPITULO IV (DA DIRETORIA)
(RENOMEADO, ALTERAÇÕES, ADEQUAÇÕES INSERÇÃO DE OUTRAS COMPETÊNCIAS)

CAPÍTULO IV
DA DIRETORIA EXECUTIVA

(CLÁUSULA 27ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 48ª, COM REVOGAÇÃO DOS INCISOS 3º E 4º)

CLÁUSULA 48ª. *(Dos membros).* A Diretoria é o órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, eleita na forma do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e do Estatuto é composta por:

I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Diretor Financeiro;
IV – Diretor Financeiro Substituto.

.....

(CLÁUSULA 28ª (~~do mandato e posse~~) REVOGADA)
(CLÁUSULA 29ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 49ª)
(CLÁUSULA 30ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 50ª COM INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS E PARAGRAFOS)

CLÁUSULA 50ª. *(Das competências)* Compete à Diretoria Executiva:

.....

V - atendendo solicitação de entes consorciados, decidir sobre a realização de licitações compartilhadas.

VI – elaborar as propostas de: plano plurianual de investimentos, orçamento anual, e rateios do Consórcio, a serem aprovados pela Assembleia Geral..

VII – aprovar os Planos de Trabalho das áreas de serviços públicos do Consórcio.

VII – receber as indicações dos representantes do Conselho Regional do Consórcio e homologar sua respectiva composição;

VIII – propor alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio junto a Assembleia Geral.

iX – zelar pelo cumprimento das decisões da Assembleia Geral do Consórcio.

X – baixar resoluções de suas decisões.

§ 1º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências da Diretoria Executiva,

§ 2º. Dos atos da Diretoria Executiva se dará publicidade, por meio do sítio eletrônico do Consórcio.

(CLÁUSULA 31ª (~~Da substituição e sucessão~~) REVOGADA)

CAPITULO V (DA PRESIDÊNCIA)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Iramar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

(ADEQUAÇÕES E INSERÇÃO DE NOVAS COMPETÊNCIAS)

(CLÁUSULA 32ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 51ª COM INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS, ALTERAÇÃO DO § 1º, E REVOGAÇÃO E INSERÇÃO DE NOVOS PARAGRAFOS § 3º E § 4º.)

CLÁUSULA 51ª. *(Da competência).* Compete privativamente ao Presidente:

.....

VII – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Diretor Financeiro;

VIII – solicitar a cessão de servidores dos entes consociados, suas autarquias, empresas públicas, de representação de municípios, constituída na forma da Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, reconhecidas de utilidade pública, para prestar serviço ao Consórcio.

IX – criar Comissões Técnicas para atender demandas do Consórcio nas áreas de serviço público previstas neste contrato.

X – nomear a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e o Controlador Interno do Consórcio;

XI – baixar as resoluções das decisões da Assembleia Geral, e as portarias para funcionamento do Consórcio;

.....

§ 1º. Com exceção das competências privativas, outras poderão ser delegadas ao Superintendente.

.....

§ 3º. Ao Vice-Presidente incumbe substituir o Presidente nas suas faltas, licenças, impedimento ou em caso de renúncia, além de desempenhar outras atribuições que lhe forem confiadas pelo contrato de consórcio e pelo estatuto.

§ 4º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Presidente,

CAPITULO VI (DA OUVIDORIA)

(ADEQUAÇÕES)

(CLÁUSULA 33ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 52ª, COM ALTERAÇÃO DO INCISO V)

.....

V – secretariar as reuniões do Conselho Regional do Consórcio

CAPITULO VII (DA SUPERINTENDECIA)

(INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS, ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES)

(CLÁUSULA 34ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 53ª, INSERÇÃO DO § 5º, ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES)

CLÁUSULA 53ª Ficam criados os cargos públicos em comissão de Superintendente, e de Assessor da Superintendência, com vencimentos pré-definidos pelo consórcio e decididos em Assembleia Geral.

§ 1º. O cargo em comissão de Superintendente será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio, homologada pela Assembleia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - formação de nível superior;

III - conhecimento profissional na área de gestão pública.

.....

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

§ 3º. O ocupante do cargo de Superintendente estará sob regime de. CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, e carga horária definida pelo quadro de empregos do consórcio.

.....

§ 5º. O cargo em comissão de Assessor da Superintendência será provido mediante indicação do Presidente do Consórcio.

(CLÁUSULA 35ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 54ª, COM NOVA REDAÇÃO PARA OS INCISOS I, II, III, IV, V, VI, IX, ALTERAÇÃO DO § 2º E INSERÇÃO DO § 3º E § 4º)

CLÁUSULA 54ª. *(Das competências)*. Compete ao Superintendente:

I - exercer a supervisão das atividades técnicas, administrativas e financeiras e de gestão do Consórcio, praticando todos os atos que não sejam competência de órgãos de direção do Consórcio;

II – auxiliar o Presidente, Diretores e Conselheiros em suas funções, cumprindo com as determinações, bem como, mantendo-os informados e prestando-lhes contas;

III - secretariar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Consórcio;

IV – supervisionar os procedimentos licitatórios de compras e contratação de serviços, nos termos definido pelo estatuto.

V – submeter à aprovação da Diretoria Executiva normas internas voltadas ao funcionamento do Consórcio;

VI – auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração de plano plurianual e de orçamento anual e rateios do Consórcio;

.....

IX - apoiar o funcionamento do Conselho Regional do Consórcio;

§ 1º. Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competências que não sejam privativas do Presidente do Consórcio.

.....

§ 3º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Superintendente, que não sejam atribuições de cargos de direção do Consórcio.

§ 4º. Compete ao Assessor da Superintendência exercer as atividades subsidiarias e de apoio ao Superintendente nas atividades de competência deste.

CAPITULO VIII (DOS ÓRGÃOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL)

(NOVA REDAÇÃO, COM APENAS UM ÓRGÃO DE CONTROLE, REVOGAÇÃO DA SEÇÃO II ~~(Da Conferência Regional do Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais)~~, E ADEQUAÇÕES)

CAPITULO VIII
DO CONSELHO REGIONAL DO CONSÓRCIO

(CLÁUSULA 36ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 55ª, COM ALTERAÇÃO)

CLÁUSULA 55ª. (*Do Conselho Regional do Consórcio).* O Conselho Regional é instância permanente de participação e controle social, de caráter consultivo, com a participação do Ouvidor, com a finalidade de examinar, avaliar e debater temas e elaborar propostas de ação na área de atuação do consórcio e, especialmente, avaliar a qualidade dos serviços públicos objetos do consórcio, prestados na sua respectiva área de atuação.

§ 1º. As reuniões do Conselho Regional serão convocadas pelo Presidente do Consórcio nos termos dos estatutos.

(CLÁUSULA 37ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 56ª, COM ADEQUAÇÕES E ALTERAÇÃO DO § 2º. E INSERÇÃO DO § 3º)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

§ 2º. Os representantes de cada segmento serão por eles indicados ao consórcio, sendo o representante dos usuários indicado pelas câmaras municipais de cada ente consorciado, e a composição do Conselho homologada por resolução da Diretoria Executiva.

§ 3º. Os representantes de seguimentos somente atuarão no Conselho Regional, quando o objeto de consulta se referir a área respectiva do órgão de representação.

(CLÁUSULA 38ª ~~(Da Conferência Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais)~~ REVOGADA)

(INSERÇÃO DO CAPITULO IX, NO TITULO II)
(NOVO ÓRGÃO)

CAPÍTULO IX
DAS COMISSÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 57ª. *(Do objetivo)* As comissões Técnicas serão órgãos de apoio a administração do Consórcio auxiliando no cumprimento de seus objetivos nas áreas de serviço público definidas neste Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio.

CLÁUSULA 58ª. *(Da criação de Comissões)* As Comissões Técnicas serão criadas pelo Presidente do Consórcio através de portaria.

CLÁUSULA 59ª. *(Dos Técnicos)* Os Técnicos serão do quadro de pessoal do Consórcio ou cedidos pelos entes consorciados, mediante solicitação do Presidente do consórcio.

CLÁUSULA 60ª. *(Da duração)* As Comissões poderão funcionar de forma permanente ou por tempo determinado, de acordo com as exigências das demandas.

CLÁUSULA 61ª. *(Das competências)* Compete as Comissões Técnicas:

I - elaboração de Estudos Técnicos;
II - elaboração de Planos de Trabalho;
III - emitir pareceres técnicos;
IV - planejar e realizar procedimentos técnicos administrativos;
V - inspecionar serviços prestados pelo/ao Consórcio;
VI - acompanhar a execução de projetos.

Parágrafo único. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências das Comissões Técnicas, sua composição e funcionamento,

(INSERÇÃO DO CAPITULO X, NO TITULO II)
(NOVO ÓRGÃO)

CAPÍTULO X
DA DIRETORIA FINANCEIRA

CLÁUSULA 62ª. *(Da competência)*. Compete ao Diretor Financeiro:

I – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o presidente;
II – exercer a gestão patrimonial do Consórcio;
III- planejar todas as necessidades financeiras à execução do orçamento, dentre os quais:
a) Promover o lançamento das receitas, e a execução das despesas;
b) emitir as notas de empenho de despesa.
IV – baixar portarias para operacionalização da gestão financeira do Consórcio.

§ 1º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Diretor Financeiro,

§ 2º. Ao Diretor Financeiro Substituto compete substituir o Diretor Financeiro nas suas ausências, licenças, impedimentos ou renúncia.

(INSERÇÃO DO CAPITULO XI, NO TITULO II)
(NOVO ÓRGÃO)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CAPÍTULO XI
DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 63ª. *(Da composição)* O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização interna do Consórcio, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 02 (dois) membros suplentes sendo estes: 1º suplente e 2º suplente, serão eleitos na mesma Assembleia de eleição da Diretoria Executiva, por indicações consensuais feitas pelos participantes da assembleia.

CLÁUSULA 64ª. *(Das reuniões)* O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente após a Assembleia Geral de Eleição do Consórcio para eleger o Presidente, e anualmente até o último dia de fevereiro para analisar e emitir o parecer sobre a prestação de contas anuais apresentadas pela Diretoria Executiva, extraordinariamente quando necessário reunirá.

§ 1º. O Presidente do Conselho deverá convocar as reuniões ordinárias com 15 (quinze) dias de antecedência, podendo as mesmas em caso de omissão do presidente do conselho, ser convocada de forma extraordinária por qualquer um de seus membros.

§ 2º. O parecer do Conselho será de: regularidade ou irregularidade das contas apresentadas pela Diretoria Executiva.

§ 3º. O Conselho só pode deliberar com a presença de 03 (três) de seus membros.

§ 4º. Em caso de impedimento de algum dos membros efetivos de participar da reunião do Conselho, o presidente do conselho convocará o suplente imediato.

CLÁUSULA 65ª. *(Das competências)* Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar toda atividade econômica da Consórcio;

II – acompanhar periodicamente a escrituração e documentações contábeis do Consórcio;

III – examinar a prestação de contas da Diretoria Executiva, emitindo seu primeiro parecer, e encaminhar as peças contábeis para apreciação da Assembleia Geral;

IV – convocar e colocar em apreciação da Assembleia Geral as irregularidades constadas na administração no Consórcio;

V – fiscalizar o cumprimento dos contratos de rateio do Consórcio;

VI – baixar parecer de suas decisões;

Parágrafo único. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Conselho Fiscal.

TITULO III (DA GESTÃO ADMINISTRATIVA)

CAPITULO I (DOS AGENTES PUBLICOS)
(ALTERAÇÕES E INSERÇÃO DA SEÇÃO VI)

(CLÁUSULA 39ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 66ª, E INSERIDO O § 3º E ADEQUAÇÃO)

.....

§ 3º. As despesas realizadas no exercício da função pelos agentes públicos do Consórcio poderão ser indenizadas por meio de portaria da Presidência do consórcio.

(CLÁUSULA 40ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 67ª)

(CLÁUSULA 41ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 68ª E INSERIDO O § 4º, E ADEQUAÇÃO)

.....

§ 4º. O Consórcio dará suporte ao intercâmbio na troca de informações e experiencias administrativas de seus servidores com servidores de outros Consórcios Públicos e demais entes federados.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

(CLÁUSULA 42ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 69ª)
(CLÁUSULA 43ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 70ª)
(CLÁUSULA 44ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 71ª)

(INSERÇÃO DA SEÇÃO IV, CAPITULO I)
(CESSÃO DE SERVIDORES PARA O CONSÓRCIO)

Seção IV
Da cessão de servidores para o Consórcio

CLÁUSULA 72ª. *(Da disponibilização de servidores)* Os entes consociados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de municípios, constituída na forma da Lei Federal nº 14.341 de 18 de maio de 2022 e/ou reconhecidas de utilidade pública, poderão disponibilizar servidores para ocupar os cargos, funções administrativas, jurídicas, contábeis, controle interno, e as comissões técnicas do Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

§ 1º. Os servidores disponibilizados permanecerão atrelados ao regime jurídico originário, havendo possibilidade de concessão de gratificações ou adicionais, nos termos e valores previamente definidos pela Assembleia Geral.

§ 2º. O pagamento de gratificações ou adicionais não configurará o estabelecimento de vínculo laborativo distinto, tão pouco serão computadas para fins trabalhistas ou previdenciários.

§ 3º. Caso o ente consorciado assuma o ônus integral da disponibilização do servidor, poderá contabilizar tal despesa para fins compensatórios em relação aos compromissos assumidos no contrato de rateio.

§ 4º. Para a cessão de servidores com ônus ao Consórcio será necessário a aprovação da Assembleia Geral, e, no caso de a cessão ser sem ônus, exigir-se-á apenas aceitação do presidente.

§ 5º. Os estatutos poderão dispor sobre outros procedimentos para cessão de servidores ao CBC/GO.

CAPITULO II (DOS CONTRATOS)
(*RENOMEADO, COM INSERÇÃO DA SEÇÃO III)*

CAPÍTULO II
DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES

(CLÁUSULA 45ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 73ª)
(CLÁUSULA 46ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 74ª, COM ALTERAÇÃO DO CAPUT E DO INCISO IV)

CLÁUSULA 74ª. *(Das contratações diretas por ínfimo valor).* Sob pena de nulidade ~~do contrato~~ e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas na Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, inciso II c/c com Art. 95, § 2º (Serviços de pronto pagamento), observarão o seguinte procedimento:

.....

IV - nas contratações de preço superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), as cotações deverão ser homologadas pelo Presidente do Consórcio.

(CLÁUSULA 47ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 75ª)
(CLÁUSULA 48ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 76ª, COM ALTERAÇÃO DO CAPUT, REVOGAÇÃO DO INCISO III, COM O INCISO IV ALTERADO E RENUMERADO PARA INCISO III)

CLÁUSULA 76ª. *(Do procedimento das licitações de maior valor).* Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

relativas a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo do disposto na legislação federal, observarão os seguintes procedimentos:

.....

III - a homologação e adjudicação serão realizadas pelo Presidente do Consórcio,
(CLÁUSULA 49ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 77ª)
(CLÁUSULA 50ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 78ª)
(CLÁUSULA 51ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 79ª, COM INSERÇÃO DO § 2º. E ADEQUAÇÃO)

CLÁUSULA 79ª. (*Da execução do contrato*) .....

§ 2º. O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

(INSERÇÃO DA SEÇÃO III, CAPITULO II)
(LICITAÇÕES COMPARTILHADAS)

Seção III
Das licitações compartilhadas

CLÁUSULA 80ª *(Das licitações compartilhadas)* O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos e/ou atas de registro de preços a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos da lei.

§ 1º. O CBC/GO poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

§ 2º. Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 3º. Caso o CBC/GO não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

§ 4º. O CBC/GO poderá aderir a prestação de serviços de licitações e contratos realizada por outros Consórcios e/ou por seus Municípios consorciados.

§ 5º. Fica o Consórcio autorizado a contratar, observadas a ordem de classificação, os critérios e os valores, com os vencedores de certames lançados pelos entes federados que o integram.

CAPITULO III (DOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELIMITADOS PELO CONSÓRCIO)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULAS)

(CLÁUSULA 52ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 81ª)
(CLÁUSULA 53ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 82ª, COM ADEQUAÇÃO)
(CLÁUSULA 54ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 83ª)

TITULO IV (DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA)

CAPITULO I (DISPOSIÇÕES GERAIS)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULAS E ADEQUAÇÕES)

(CLÁUSULA 55ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 84ª)
(CLÁUSULA 56ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 85ª)
(CLÁUSULA 57ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 86ª, COM ADEQUAÇÃO)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CAPITULO II (DA CONTABILIDADE)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULA)

(CLÁUSULA 58ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 87ª)

CAPITULO III (DOS CONVENIOS)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULAS)

(CLÁUSULA 59ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 88ª)
(CLÁUSULA 60ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 89ª)

TITULO V (DA SAÍDA DO CONSORCIADO)

CAPITULO I (DO RECESSO)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULA E ADEQUAÇÃO)

(CLÁUSULA 61ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 90ª)

CAPITULO II (DA EXCLUSÃO)
(RENUMERAÇÃO DE CLAUSULA E ADEQUAÇÃO)

(CLÁUSULA 62ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 91ª)
(CLÁUSULA 63ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 92ª)

TITULO VI (DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO)
(RENOMEADO, COM INSERÇÃO DAS CLAUSULAS 93ª E 94ª)

TÍTULO VI
DA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇOES E DO CONTRATO DE CONSÓRCIO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 93ª. *(Da Alteração do Protocolo)* Alterações no Protocolo de Intenções terão caráter originário e implicarão na sua imediata aplicabilidade a partir do momento em que se obtiver a maioria simples de aprovações por intermédio do respectivo ato legislativo dos entes consorciados.

§ 1º. A alteração do Protocolo de Intenções observará o procedimento estabelecido nesta clausula e na legislação aplicável.

§ 2º. Mediante a proposta da Diretoria Executiva, o Presidente convocará Assembleia Geral Extraordinária com no minimo 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municipios de Goiás, no quadro de avisos da sede do **Consórcio**, no sítio da Internet do **Consórcio** durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, podendo dar publicidade aos associados por outros meios, tais como rede sociais, e constará do aviso:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;
II - o local, o horário e a data da Assembleia;
III - a proposta de alteração do Protocolo e/ou Contrato de Consórcio;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

§ 3°. *A* Assembleia Geral se instalará na forma prevista neste Protocolo/Contrato de Consórcio, e deliberá **por maioria simples dos representantes de mais de** 50% (cinquenta porcento) **dos entes consorciados, presentes e aptos a votar**.

§ 4°. Na Assembleia Geral será discutida a proposta de alteração apresentada pela Diretoria Executiva, e havendo o quórum de deliberação, primeiramente, caso houver, decidirá sobre emendas apresentadas, não havendo emendas ou consolidada a redação final, a proposta será submetida a aprovação.

§ 5°. No caso de alterações no Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio, Resolução do Presidente, na forma aprovada pela Assembleia Geral, poderá fixar prazo para que as municipalidades consorciadas adequem suas legislações de regência.

CLÁUSULA 94ª. *(Da Alteração do Contrato de Consórcio)* As alterações no Contrato de Consórcio Público serão propostas com observância da sistemática para alteração do Protocolo de Intenções, estabelecida na clausula anterior deste Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, mediante proposta de Termo Aditivo, aprovado pela Assembleia Geral e ratificado por lei.

§ 1°. conforme prevê o Art. 12-A da Lei Federal 11,107/2005, a alteração do Contrato de Consórcio Público terá a sua eficácia condicionada à sua aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio e à ratificação mediante lei pela maioria dos entes consorciados.

§ 2°. O Termo Aditivo de alteração do Contrato de Consórcio Público será formalizado após a última ratificação legal, com assinatura pelos Chefes do Poder Executivo dos Entes Federados consorciados e publicação na imprensa oficial, passando a produzir efeitos a contar de então.

§ 3°. Promovidas alterações na legislação de regência do Protocolo de Intenções e/ou Contrato de Consórcio pela Assembleia Geral, a não ratificação e adequação das legislações de regência por membro consorciado no prazo estipulado, será considerado falta gravíssima, podendo ser dado início ao processo de exclusão, sempre antes assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

§ 4° As alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Muncipios de Goiás, no sitio do Consórcio na internet., e registro público.

§ 5° A publicação do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

(CLÁUSULA 64ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 95ª)

TITULO VII (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS)

CAPITULO I (DISPOSIÇÕES GERAIS)

(ALTERADO, COM INSERÇÃO DE NOVAS CLAUSULAS)

(CLÁUSULA 65ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 96ª)
(CLÁUSULA 66ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 97ª)
(CLÁUSULA 67ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 98ª)
(CLÁUSULA 68ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 99ª)

CLAUSULA 100ª. O Consórcio poderá mediante decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral, conveniar a outros consórcios ou entidades no âmbito municipal, estadual ou federal, bem como as outras associações de Municípios públicas ou privadas, visando ampliar os serviços objeto de sua constituição.

CLÁUSULA 101ª. *(Da desincompatibilização de cargos) Na ocorrência de afastamento* do presidente, diretores e/ou conselheiros para não incorrer em incompatibilidade eleitoral, será convocada Assembleia Geral Extraordinária para homologar a desincompatibilização e eleger os titulares dos cargos que ficarem vagos,

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Ivanna Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CLAUSULA 102ª. Embora não sejam remunerados, aos postos eletivos de Diretores e Conselheiros do CBC/GO, bem como aos demais previstos neste instrumento (inclusive os componentes da Assembleia Geral), poderão ser pagas as verbas previstas, em especial todas àquelas de caráter indenizatório, quando no exercício de atividades relacionadas ao Consórcio.

CLAUSULA 103ª. Os estatutos poderão instituir ou estabelecer o diário oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CBC/GO.

CLAUSULA 104ª. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CAPITULO II (~~DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS~~)
(REVOGADO)

(CLÁUSULA 69ª REVOGADA)
(CLÁUSULA 70ª REVOGADA)

CAPITULO II (DO FORO)
(READEQUAÇÃO)

(CLÁUSULA 71ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 105ª)

CAPITULO III (DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS)
(ALTERADO, REVOGAÇÃO E INSERÇÃO DE CLAUSULAS)

(CLÁUSULA 69ª REVOGADA)
(CLÁUSULA 70ª RENUMERADA PARA CLÁUSULA 106ª, COM ALTERAÇÃO)

CLAUSULA 106ª Para fins de interpretação dos § 2º e §3º da Cláusula 2ª a data da primeira subscrição do Protocolo de Intenções é 28 de fevereiro de 2013, e das subscrições posteriores serão as respectivas datas dos adendos ao protocolo de intenções.

CLAUSULA 107ª Até que que o CBC/GO tenha servidores efetivos no seu quadro de pessoal, os membros da Comissão Permanente de Contratação do Consórcio, bem como o Pregoeiro e o Controlador Interno serão cedidos pelos municípios consorciados e nomeados pelo presidente do CBC/GO.

Parágrafo único – Os servidores serão colocados a disposição do CBC/GO, podendo ser gratificados pelo Consórcio pela função extra do cargo de origem.

CLAUSULA 108ª. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

Goiânia, 13 de dezembro de 2023.

ASSINATURAS *(ATUALIZAÇÃO DOS NOMES DE REPRESENTANTES SUBSCRITORES)*

ANEXO I (DAS LEIS UNIFORMES DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS)
(RENOMEADO)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

ANEXO I
DAS LEIS UNIFORMES E DAS DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA REGIÃO DO CONSÓRCIO

CAPITULO I (DAS DEFINIÇÕES)
(INALTERADO)

CAPITULO II (DOS SERVIÇOS E DE SEU PLANEJAMENTO, PRESTAÇAO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)
(ALTERAÇÃO DA SEÇÃO I, COM ADEQUAÇÕES)

Seção I
Das diretrizes de planejamento dos serviços

(ART. 5º, ALTERADO, COM REVOGAÇÃO DOS § 3º, § 4º, § 5º, COM § 6º RENUMERADO PARA § 3º, E ALTERADO)

Art. 5º. A elaboração e a revisão de plano de manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais obedecerão aos seguintes procedimentos sequenciais:

I - apreciação e avaliação da proposta por Conselho Municipal ou Regional do Consórcio, conforme o caráter local ou regional do plano;

II - divulgação e debate, por meio de audiência pública, da proposta de plano e dos estudos que o fundamentam;

III - Aprovação e instituição do plano regional por resolução da Assembleia Geral.

IV – instituição e regulamentação do plano regional/plano local por decreto do Executivo.

§ 1º. A divulgação da proposta do plano e dos estudos que a fundamentam, dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados por meio da internet e por audiência pública, com todos os entes consorciados quando o plano for regional, e no próprio ente quanto ao plano de caráter local.

§ 2º. Nos casos de Municípios em que o acesso à internet seja limitado ou dificultado por problemas técnicos e de disponibilidade de locais de acesso público, cópia impressa deverá ficar disponível para consulta na sede das Prefeituras Municipais e em outros órgãos, pelo menos 15 (quinze) dias antes da audiência pública.

§ 3º. O Conselho Municipal a que se refere o inciso I do caput será o Conselho de Meio Ambiente ou, na falta deste, o de Saúde ou outro Conselho Municipal com afinidade pela temática do plano.

CAPITULO III (DAS DISPOSIÇÕES GERAIS)
(ALTERADO, COM READEQUAÇÃO DA NUMERAÇÃO DOS ARTIGOS)

Art. 20. Projetos de lei de caráter uniforme serão elaborados pelo Consórcio para serem submetidos ao legislativo dos entes federados visando a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções/contrato de consórcio.

Art. 21. Este Anexo entra em vigor na vigência da Lei que ratificar o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio e, para todos os efeitos de direito, deverá ser sempre considerado integrante das Leis ratificadoras.

~~*ANEXO II (INSTITUI A TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E DÁ OUTRAS PROVICENCIAS) e ANEXO III (DAS LEIS UNIFORMES DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS RESÍDUOS VOLUMOSOS)*~~
(REVOGADO)

~~*ANEXO III (DAS LEIS UNIFORMES DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS RESÍDUOS VOLUMOSOS)*~~
(REVOGADO)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Ivanar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROJETO DE LEI RATIFICADORA

Os Municípios nominados na clausula primeira encaminharão projeto de lei às respectivas Câmaras Municipais, acompanhado desta minuta do Terceiro Termo Aditivo, cujo objeto será a ratificação das alterações ora propostas ao Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público do CBC/GO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo, bem como a indicação de onde consta o texto integral, deverá será publicado na imprensa oficial do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da sede do **Consórcio Intermunicipal Brasil Central/GO** para a solução de eventuais conflitos resultantes deste presente instrumento.

Cidade de Goiânia, aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2023.

ANEXO – II
ALTERAÇÃO DO ESTATUTO
Projeto de Resolução 001/2023

Redação Final da Proposta de Alteração do Estatuto do Consórcio apresentada pela Diretoria (Assembleia Geral do Consórcio do dia 13/12/2023).

TITULO I (DISPOSIÇÕES GERAIS)

CAPITULO I (DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ABRANGÊNCIA, DURAÇÃO, SEDE, DA TERMINOLOGIA E DOS CONSORCIADOS)
(ALTERAÇÕES, ADEQUAÇÕES E INSERÇÃO DOS ARTS. 5-A E 5-B)

(ART. 1ª, ALTERAÇÃO)

Art. 1º. O consórcio público é denominado **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL/GO** com a sigla CBC/GO, é pessoa jurídica de direito público com natureza de autarquia do tipo associação pública a que alude o Art. 41, IV do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Federados que o constituem, com duração por prazo indeterminado.

(ART. 2ª, ALTERAÇÃO DO PARAGRADO ÚNICO)

.....

Parágrafo único. Deliberação da Assembleia Geral do CBC/GO poderá alterar a localização da sua sede, bem como criar e extinguir unidades operacionais e escritórios em qualquer localidade.

(ART. 3ª, INALTERADO)

(ART. 4ª, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INCISOS DOS MUNICIPIOS RATIFICADORES DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES)

*(ART. 5ª, ALTERAÇÃO, COM ADEQUAÇÃO DE MUNICIPIOS APTOS A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES, E ALTERAÇÃO DO **§ 1º**)*

Art. 5º. Será automaticamente admitido como consorciado, qualquer dos entes federados a seguir identificados, subscritores do Protocolo de Intenções original e seus adendos, que o ratificar, por meio de lei, até 31 de dezembro de 2024.

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

§ 1º - A ratificação realizada após-31 de dezembro de 2024 terá sua validade condicionada à homologação pela Assembléia Geral do CBC/GO.

(NOVO ARTIGO)

Art. 5º- A. É facultado o ingresso de novos municípios participantes no CBC/GO a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria Executiva, o qual, uma vez aprovada na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao CBC/GO;

IV - efetiva participação nas atividades do CBC/GO e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao CBC/GO, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no CBC/GO se dará com assinatura de:

I – adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II – aditivo ao Contrato de Consórcio público, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III – adendo ao Estatuto do Consórcio, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

(NOVO ARTIGO)

Art. 5º- B. Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o Consórcio Público.

Parágrafo Único – Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do ente federado a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPITULO II (DOS OBJETIVOS E DAS COMPETÊNCIAS DO CBC/GO)

(ALTERAÇÕES, ADEQUAÇÕES E INSERÇÃO DOS ART. 6º-A, ART. 6º-B, ART. 6º-C, ART. 6º-D, ART. 6º-E, ART. 6º-F, ART. 6º-G, ART. 6º-H, ART. 6º-I)

(ART. 6ª, ALTERAÇÃO)

Art. 6º. Na área de Saneamento Básico, gestão de resíduos sólidos e águas pluviais:

.....

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-A. Na área de Meio Ambiente, licenciamento ambiental:

I – Realizar Licenciamento Ambiental mediante descentralização da SEMAD/GO.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-B. Na área de Saúde, aquisição de materiais e serviços:

I – Compra de veículos de transporte de pacientes;

II – Compra de medicamentos de uso continuo e ambulatoriais para atendimento de programas municipais;

III – Compra de equipamentos e aparelhos de exame;

IV – Contratação de cirurgias médicas;

V – Contratação de exames clínicos;

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-C. Na área de Educação, aquisição de materiais e serviços:

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

I – Compra de materiais escolares para atendimento de programas municipais;
II – Compra de veículos de transporte escolar;
III – Compra de móveis e equipamentos para escolas públicas.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-D. Na área de Recursos Hídricos, uso sustentável das águas:

I – Representação dos entes consorciados nos Comitês de Bacias Hidrográficas no território do Consórcio.

II – Recuperação de nascentes, e matas ciliares.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-E. Na área de Energia e Iluminação Pública, aquisição de materiais e serviços:

I – Compra de lâmpadas, cabos, postes, e outros materiais elétricos.

II – Aquisição de veículos, maquinas e equipamentos para prestação compartilhada do serviço junto aos entes consorciados.

III - Implementação de fontes alternativas de energia sustentável, inclusive a energia solar, eólica em toda a sua extensão e outras;

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-F. Na área de Transporte, manutenção de vias municipais e rodovias estaduais:

I – Celebração de convenio com a GOINFRA-GO para manutenção de rodovias, pavimentação, construções de pontes, e uso compartilhado de máquinas e equipamentos.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-G. Na área de Trânsito, segurança de trânsito:

I – Celebração de convenio com o DETRAN-GO para sinalização e educação de trânsito nos municípios consorciados.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-H. Na área de *Industria, Comércio e Agricultura)* Promover a implantação de industrias na região do consórcio, o desenvolvimento do comércio regional, o registro sanitário e serviço de inspeção municipal, via consórcio:

I – Implantação de Polos industriais na região.

II – Implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, via consórcio, para produtos alimentícios de origem animal.

(NOVO ARTIGO)

Art. 6º-I. Na área de Assistência Social, a realização de Programas Assistenciais dos municípios:

I – Construção de moradias populares;
II – Construção de Creches;
III – Aquisição de cestas básicas para doação.
IV – Aquisição de enxovais de bebê.

(ART. 7ª, INALTERADO)

CAPITULO III (DA SAÍDA DO CONSORCIADO)

(ALTERAÇÃO)

(ART. 8ª, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÕES)

Art. 8º. A retirada de membro do CBC/GO dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, previamente ratificado pelo poder legislativo do ente consorciado,

.....

§ 2º - Os bens destinados ao CBC/GO pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão nesse sentido da Assembleia Geral do-CBC/GO presentes pelo menos 3/5 (três quintos) dos consorciados, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados presentes;

(ART. 9ª, ALTERAÇÃO DOS INCISOS II E III)

Art. 9º. São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

.....

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, consideradas assemelhadas ou incompatíveis, que fundamentem deliberação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos entes consorciados reunidos em Assembléia Geral convocada para esse fim;

III - a existência de motivos considerados graves, especialmente a organização da prestação de serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais em desacordo com plano regional integrado homologado pelo CBC/GO, que fundamentem deliberação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos entes consorciados reunidos em Assembléia Geral convocada para esse fim.

(ART. 10, INALTERADO)

TITULO II (DO PATRIMÓNIO E DA GESTÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA)

CAPITULO I (DO PATRIMÔNIO E DE SUA DESTINAÇÃO)

(ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES)
(ART. 11, INALTERADO)
(ART. 12, INALTERADO)
(ART. 13, INALTERADO)
(ART. 14, INALTERADO)
(ART. 15, ALTERAÇÃO)

Art. 15. Os investimentos em aquisição de bens, contratação de serviços ou realização de obras deverão observar o Plano de Trabalho de cada área de serviço objeto da atuação do Consórcio, além de ser precedidos de autorização da Assembleia Geral.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá delegar esta atribuição, com ou sem reservas, ao Presidente e ao Diretor Financeiro do CBC/GO, salvo quando se tratar de valor superior à modalidade de licitação tipo convite, prevista na Lei federal 14.133/2021.

(ART. 16, INALTERADO)

CAPITULO II (DA CONTABILIDADE)

(ADEQUAÇÕES)
(ART. 17, ADEQUAÇÃO)
(ART. 18, ADEQUAÇÃO)
(ART. 19, ADEQUAÇÃO)

CAPITULO III (DOS CONTRATOS)

(ALTERAÇÃO)
(ART. 20, INALTERADO)
(ART. 21, INALTERADO)
(ART. 22, ALTERAÇÃO)

Art. 22. Somente realizar-se-á licitação tipo técnica e preço mediante justificativa subscrita pelo Superintendente e aprovada por pelo menos 3 (três) votos da Diretoria Executiva.

(ART. 23, INALTERADO)
(ART. 24, INALTERADO)

CAPITULO IV (DOS CONVÊNIOS)

(ADEQUAÇÃO)
(ART. 25, ADEQUAÇÃO)

CAPITULO V (DOS AGENTES PÚBLICS)

(ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO)
(ART. 26, INSERÇÃO DO § 4º)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Tiamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

.....

§ 4º. As despesas realizadas no exercício da função pelos agentes públicos do CBC/GO poderão ser indenizadas por meio de portaria da presidência do consórcio.

(ART. 27, INALTERADO)

(ART. 28, ALTERAÇÃO DO §1º E INSERÇÃO DO §4º)

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por dois (2) cargos em comissão sendo o Superintendente e o Assessor da Superintendência, e de até 14 (quatorze) empregados públicos, a ser preenchido de acordo com a necessidade operacional e na conformidade com as disposições do Anexo 1 destes estatutos.

§ 1°. Com exceção do cargo de Superintendente, profissional de nível superior com conhecimento profissional na área de gestão pública de provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

.....

§ 4º. O Consórcio dará suporte ao intercâmbio na troca de informações e experiencias administrativas de seus servidores com servidores de outros Consórcios Públicos e demais entes federados.

(ART. 29, ADEQUAÇÃO)

(ART. 30, ALTERAÇÃO DO § 3º)

.....

§ 3º. As contratações temporárias terão prazo de até 6 (seis) meses e serão automaticamente extintas após 90 (noventa) dias caso não haja o início de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público neste prazo.

TITULO III (DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO)

CAPITULO I (DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO)

(ALTERAÇÕES COM REGOGAÇÃO DO INCISO VII (~~Conferência Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais~~), E INSERÇÃO DE NOVOS INCISOS)

(ART. 31, ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DE NOVO INCISO VII, INCISO VIII E INCISO IX)

.....

VII – Comissões Técnicas;
VIII – Diretoria Financeira;
IX – Conselho Fiscal;

CAPITULO II (DA ASSEMBLÉIA GERAL)

(ALTERAÇÕES, ADEQUAÇÕES E REVOGAÇÕES)

(ART. 32, ALTERAÇÃO DOS § 2º E § 3º, E INSERÇÃO DO § 6º)

.....

§ 2º. No caso de ausência de Prefeito, o Vice-Prefeito devidamente autorizado pelo prefeito via oficio ao consórcio, assumirá a representação do ente federado consorciado na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto

§ 3º. Os Chefes do Executivo poderão também outorgar mandato aos secretários de administração ou das respectivas áreas de serviços do Consórcio para representar o ente consorciado na Assembleia, os quais assumirão os direitos de voz e voto.

.....

§ 6º. Somente os representantes de entes federados com contratos de rateios assinados, empenhados, e em vigor poderão participar das deliberações da Assembleia Gera.

(ART. 33, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO, E INSERÇÃO DO § 7º)

Art. 33. As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas bienalmente, até o último dia do mês de novembro, para eleger os membros das Diretorias e do Conselho Fiscal para o exercício

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Hamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

seguinte e, anualmente até o último dia do mês de janeiro para deliberação sobre contas do exercício anterior.

§ 1º. A Assembleia Geral Ordinária deve ser convocada com no minimo trinta (30) dias de antecedência da data de sua realização, pelo Presidente do **CBC/GO**, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municipios de Goiás, no quadro de avisos da sede do **CBC/GO**, no sítio da Internet do **CBC/GO** durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, e enviado por mesagem eletrônica aos consorciados, dele devendo constar:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II - o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a pauta da Assembleia;

IV - no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverá ser disponibilizado o seu texto integral através do sítio que o Consórcio manterá na internet com quinze (15) dias de antecedência.

§ 2º. No caso de omissão do Presidente do CBC/GO em convocar a Assembléia Geral Ordinária, esta poderá ser convocada por meio de edital subscrito por, pelo menos, dois diretores ou o Conselho fiscal, a partir de 1° de dezembro e 1º de fevereiro, respectivamente, observadas as demais formalidades previstas neste artigo.

§ 3º. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente, por dois membros da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos representates consorciados, para deliberar sobre quaisquer assuntos, exceto o constante do caput do artigo anterior, mediante publicação de aviso de edital no Diario Oficial dos Municipios de Goiás por pelo menos uma vez, e no sitio de internet do Consórcio, com no minimo 5 (cinco) dias de antecedência da data de sua realização, e enviado por mesagem eletrônica aos consorciados, e do aviso constará::

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II – o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a pauta da Assembleia;

§ 4º. A regularidade da convocação da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária requer o cumprimento de todas as formalidades previstas neste artigo.

§ 5º. Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta: "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 6º. Não atendida às formalidades previstas neste artigo, os atos da Assembleia são nulos.

§ 7º. As Assembléis Gerais reunirão de forma presencial, excepcionalmente a Assembléia Geral Extraordinária poderá ser realizada de forma virtual mediante justificativa da Diretoria Executiva, com o edital de convocação enviado aos consorciados via mensagem de telefone e publicado em vinte e quatro horas (24hs) no Diario Oficial dos Municipios de Goiás, ficando dispensadas as demais formalidades de convocação, devendo a reunião ser gravada e publicada no site do CBC/GO.

(ART. 34, INALTERADO)

(ART. 35, ALTERAÇÃO)

Art. 35. A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária se instalará com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos consorciados, e não havendo quórum, 30 minutos após com qualquer número, porém os trabalhos ficarão restritos às informações e discussões até que se alcance o quórum mínimo. para deliberação.

(ART. 36, ALTERAÇÃO DO CAPUT E DO INCISO II)

Art. 36. A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária deliberará por maioria simples dos representantes de 1/3 (um terço) dos entes consorciados presentes e aptos a votar, exceto para as decisões que exijam quórum qualificado, nos termos do protocolo de Intenções/contrato de consórcio ou deste estatuto.

.....

II – eleger e destituir os membros das Diretorias e do Conselho Fiscal que exigirá maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados.

(ART. 37, INALTERADO)

(ART. 38, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO, E INSERÇÃO DE ALINEAS NO INCISO VII, E INSERÇÃO DO ICISO XIV)

Art. 38. Compete à Assembleia Geral:

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

I - homologar o ingresso no CBC/GO de ente federado que tenha ratificado o Protocolo de Intenções original ou seus adendos após dois anos da respectiva subscrição;

.....

IV – eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva, da Diretoria Financeira, e do Conselho Fiscal,

V – destituir o Presidente, Diretores e Conselheiros do Consórcio;

VI – destituir membros das Comissões Técnicas e os membros do Conselho Regional do Consórcio;

VII - quanto à gestão orçamentária, aprovar:

.....

f) o quadro de pessoal, bem como as remunerações, os adicionais e as gratificações.

g) os adicionais e as gratificações de servidores cedidos ao Consórcio.

h) aprovar as contas anuais do Consórcio, e encaminhá-las para apreciação do TCM/GO.

.....

IX - aceitar a cessão de servidores com ônus para o Consórcio;

.....

XII - examinar, emitir parecer e encaminhar as decisões do Conselho Regional do Consórcio;

.....

XIV - aprovar alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio.

(ART. 39, ALTERAÇÃO DO INCISO III, E DO § 1º)

Art. 39. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

.....

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral, bem como a proclamação dos resultados da votação...

§ 1º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo

(ART. 40, INALTERADO)

CAPITULO III (DA ELEIÇÃO, DA POSSE E DA DESTITUIÇÃO DA DIRETORIA E DO PRESIDENTE)

(RENOMEADO, COM ALTERAÇÃO)

Capitulo III

DA ELEIÇÃO, DA POSSE E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE, MEMBROS DAS DIRETORIAS E DO CONSELHO FISCAL

(ART. 41, NOVA REDAÇÃO)

Art. 41ª. O Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor Financeiro Substituto e Conselheiros Fiscais serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º. Somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de entes consorciados em dia com os as cotas dos contratos de rateio do Consórcio.

§ 2º. O presidente instalará a Assembleia e abrirá prazo de 30 (trinta) minutos para apresentação de chapas com o nome do Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor Financeiro Substituto.

§ 3º. Apresentadas as chapas, o presidente facultará o prazo de 10 (dez) minutos ao candidato a presidente da respectiva chapa para as considerações pertinentes, e em seguida a votação, ou aclamação caso seja chapa consensual.

§ 4º. A eleição será mediante voto público, nominal e aberto, ressalvada a eleição por aclamação,

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

§ 5º. Será eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados.

(ART. 42, ALTERAÇÃO)

Art. 42ª. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por meio de indicações consensuais dos participantes da Assembleia logo após a eleição dos diretores.

(ART. 43, ALTERAÇÃO)

Art. 43ª. O mandato da Diretoria Executiva, Diretoria Financeira e do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para mandatos subsequentes.

Parágrafo único.-Os períodos de mandato serão sempre coincidentes com os primeiros e segundos anos ou os terceiros e quartos anos dos mandatos de prefeito, iniciando-se com a posse nos órgãos do Consórcio,

(ART. 44, ALTERAÇÃO)

Art. 44ª. O Presidente em exercício convocará, até o último dia do mês de novembro do ano de encerramento de seu mandato, a Assembleia para cerimônia pública de eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do CBC/GO.

§ 1º A convocação far-se-á por meio de edital publicado no veículo oficial adotado pelo Consórcio notificando a cada um dos consorciados por e-mail e mensagens no telefone do representante do ente federativo, publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sitio que o Consórcio manterá na internet.

(ART. 45, ALTERAÇÃO, REVOGAÇÃO DOS INCISOS: I, II, III, IV, V, VI, VII, ALTERAÇÃO DO PARAGRAFO § 1º, E INSEÇÃO DOS § 3º E § 4º)

Art. 45ª. Imediatamente após o encerramento da eleição, iniciar-se-á a cerimônia pública de posse, que por decisão da Assembleia poderá ser marcada para outra data.

§ 1º. Se a Assembleia Geral Ordinária de eleição do CBC/GO ocorrer no mês de dezembro, a posse será a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente.

.....

§ 3º. O eventual atraso na eleição e posse não implicará a alteração da data e término do mandato, mas apenas na prorrogação *pro tempore* do mandato anterior.

§ 4º. Da cerimônia de posse será lavrado o Termo constando o período do mandato e a qualificação dos empossados, sendo assinado pelos os empossantes e os empossados.

(ART. 46, NOVA REDAÇAO)

Art. 46. O Presidente, demais Diretores e os Conselheiros poderão ser destituídos mediante deliberação da Assembleia, constando a destituição da pauta, bastando ser apresentada moção de censura, subscrita por pelo menos 3 (três) consorciados, atendido o direito de defesa.

§ 1º. Será designado Presidente *pro tempore* por maioria simples dos presentes, até a nova eleição em Assembleia Geral.

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será a mesma imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, se presente, ao Presidente, Diretor ou Conselheiro que se pretenda destitui sendo necessário maioria dos votos na Assembleia, com presença da maioria absoluta dos consorciados para destituição.

§ 4º. Na ocorrência de vacância de cargo pela destituição, a mesma Assembleia elegerá o novo titular por maioria simples dos presentes.

(ART. 47, ALTERAÇÃO E INSERÇÃO DO INCISO V)

Art. 47. A moção de censura de que trata o art. 46 poderá ser motivada pelas seguintes faltas:

.....

V – não ratificar em lei as alterações do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio aprovadas pela Assembleia Geral, dentro do prazo entipulado por resoluçao do presidente do Consórcio

(ART. 48, ALTERAÇÃO DO CAPUT E DO PARAGRAFO ÚNICO)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41252

Art. 48. Para não incorrer em casos de inelegibilidade previstos na legislação, o Presidente e os Diretores afastarão definitivamente de seus cargos.

Parágrafo único. Na Assembleia Geral para desincompatibiolização de cargos do CBC/GO, para fins de concorrer a eleições municipais, serão eleitos e empossados os sucessores daqueles que se desimcompatibizarem, para complementação do respctivo mandato no Consórcio.

CAPITULO IV (DA DIRETORIA)
(RENOMEADO, COM ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO)

Capitulo IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

(ART. 49, NOVA REDAÇÃO)

Art. 49. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, eleita na forma do contrato de consórcio, e deste estatuto, é composta por:

I – Presidente
II – Vice-Presidente
III – Diretor Financeiro
IV – Diretor Fianceiro Substituto

§ 1º. Nenhum dos Diretores perceberá remuneração ou qualquer espécie de verba indenizatória, exceto as despesas de alimentação e estadia para representação do CBC/GO.

§ 2º. Somente poderá ocupar cargo na Diretoria o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

(ART. 50, ALTERAÇÃO)

Art. 50. A Diretoria reunir-se-á pelo menos a cada quatro meses, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

(ART. 51, ADEQUAÇÕES E INSERÇÃO DOS INCISOS: XV, XVI, XVII, XVII, XIX, XX, XXI)

Art. 51. Compete à Diretoria Executiva:

.....

XV – Apresentar os relatórios contábeis das contas anuais do Consórcio para o Conselho Fiscal até dia 15 de fevereiro de cada exercício financeiro.

XVI - atendendo solicitação de entes consorciados, decidir sobre a realização de licitações compartilhadas.

XVII – elaborar as propostas de: plano plurianual de investimentos, orçamento anual, e rateios do Consórcio, a serem aprovados pela Assembleia Geral.

XVIII – aprovar os Planos de Trabalho das áreas de serviços públicos do Consórcio.

XIX – receber as indicações dos representantes do Conselho Regional do Consórcio e homologar sua respectiva composição;

XX – zelar pelo cumprimento das decisões da Assembleia Geral do Consórcio

XXI – baixar resoluções de suas decisões.

(ART. 52, INALTERADO)

CAPITULO V (DA PRESIDÊNCIA)
(ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E INSERÇÃO DE INCISOS)
(ART. 53, ALTERAÇÃO DOS INCISOS: I, III, VI, VII E VIII E INSERÇÃO DOS INCISOS: X, XI, XII, XIII)

Art. 53. Além do previsto no Contrato de Consórcio Intermunicipal e em outros dispositivos destes estatutos, incumbe ao Presidente:

I - convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva, e do Conselho Regional do Consórcio;

.....

III - movimentar as contas bancárias do–CBC/GO, em conjunto com o Diretor Financeiro;

.....

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

VI - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$50.000,00 (cinquenta mil reais) e inferior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

VII - homologar e adjudicar objeto de licitações e contratações diretas previstas na Lei Federal 14.133/2021;

VIII – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada na Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, inciso II, quando a proposta de menor preço for de valor superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais);

X – solicitar a cessão de servidores dos entes consociados, suas autarquias, empresas públicas, associações de representação de municípios, constituída na forma da Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022 e/ou reconhecidas de utilidade pública, para prestar serviço ao Consórcio.

XI – criar Comissões Técnicas para atender demandas do Consórcio nas áreas de serviço público previstas no contrato de consórcio.

XII – nomear a Comissão de Licitação, o Pregoeiro e o Controlador Interno do Consórcio;

XIII – baixar as resoluções das decisões da Assembleia Geral, e as portarias para funcionamento do Consórcio;

CAPITULO VI (DA OUVIDORIA)
(ADEQUAÇÃO)
(ART. 54, INALTERADO)

CAPITULO VII (DA SUPERINTENDENCIA)
(ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO, E INSEÇÃO DE INCISO)
(ART. 55, ALTERAÇÃO DO CAPUT E DO INCISO II)

Art. 55. Os cargos em comissão da Superintendencia são providos mediante indicação do Presidente do Consórcio, devendo a indicação do Superintendente ser homologada pela Assembleia Geral, entre pessoas que satisfaçam os seguintes requisitos:

.....

II - formação de nível superior e conhecimento profissional na área de gestão pública.

(ART. 56, REVOGAÇÃO DOS INCISOS III E IV, ALTERAÇÃO DOS INCISOS: I, V E VII, INSERÇÃO DOS INCISOS: VI, VII, VIII, IX, X, ALTERAÇÃO DO § 3º)

Art. 56. Compete ao Superintendente, além das competências previstas no Contrato de Consórcio Público:

I - exercer a supervisão das atividades técnicas, administrativas e financeiras do CBC/GO, praticando todos os atos que não sejam competências privativas dos órgãos de direção do Consórcio;

.....

III – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada na Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, inciso II c/c com Art. 95, § 2º (Serviços de pronto pagamento), quando a proposta de menor preço não exceda R$ 10.000,00 (dez mil reais);

.....

V - secretariar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Consórcio;

VI - auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração do plano plurianual, do orçamento anual e rateios do Consórcio;

VII - zelar pelo patrimônio e todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VIII - praticar atos relativos à área de recursos humanos e administração de pessoal, cumprindo e responsabilizando-se pela observância dos preceitos legais estatutários;

XI – apoiar o funcionamento do Conselho Regional do Consórcio;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Juliana Miguel Mendonça
Advogada
OAB/GO - 41253

X - promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

.....

§ 3°. Os cargos da superintendência estarão sob regime de CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, e carga horária definida pelo quadro de pessoal do consórcio.

CAPITULO VIII (DO CONSELHO REGIONAL DO CONSÓRCIO DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DAS ÁGUAS PLUVIAIS)
(RENOMEADO, COM ALTERAÇÃO DE PARÁGRAFOS E INSEÇÃO DE INCISOS)

Capitulo VIII
DO CONSELHO REGIONAL DO CONSÓRCIO
(ART. 57, ALTERAÇÃO DO CAPUT E § 1º, § 7º, E INSERÇÃO DO § 8º, COM ADEQUAÇÃO DOS DE INCISOS)

Art. 57. O Conselho Regional do CBC/GO é instância permanente de participação e controle social, de caráter consultivo, com a participação do Ouvidor, com a finalidade de examinar, avaliar e debater temas e elaborar propostas de ação na área de atuação do consórcio e, especialmente, avaliar a qualidade dos serviços públicos objetos do consórcio, prestados nas respectivas áreas de atuação do Consórcio.

§ 1°. As reuniões do Conselho Regional serão convocadas pelo Presidente do Consórcio com 30 (trinta) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital, publicado no Diário Oficial dos Municipios de Goiás, no quadro de avisos da sede do CBC/GO, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da reunião, bem como enviado aos membros do Conselho Regional por outros meios, tais como rede sociais, dele devendo constar:

I - o local, o horário e a data da reunião;

II - a pauta da Assembleia;

III - relatórios e outras informações pertinentes.

.....

§ 7°. Os representantes de cada segmento serão por eles indicados ao consórcio, sendo o representante dos usuários indicado pelas câmaras municipais de cada ente consorciado, e a composição do Conselho homologada por resolução da Diretoria Executiva.

§ 8º. Os representantes de seguimentos somente atuarão no Conselho Regional, quando o objeto de consulta se referir a área respectiva do órgão de representação.

CAPITULO IX (DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DAS ÁGUAS PLUVIAIS)
(REVOGADO)
(ART. 58, REVOGADO)
(ART. 59, REVOGADO)
(ART. 60, REVOGADO)
(ART. 61, REVOGADO)

***(TITULO III** - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO)*
(INSERÇÃO DO NOVO CAPITULO IX, DO CAPITULO X, E CAPITULO XI)
(NOVO CAPITULO)

Capítulo IX
DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 58. As comissões Técnicas serão órgãos de apoio a administração do Consórcio auxiliando no cumprimento de seus objetivos nas áreas de serviço público definidas no Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, e tem por competência:

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

I - elaboração de Estudos Técnicos;
II - elaboração de Planos de Trabalho;
III - emitir pareceres técnicos;
IV - planejar e realizar procedimentos técnicos administrativos;
V - inspecionar serviços prestados pelo/ao Consórcio;
VI - acompanhar a execução de projetos.

§ 1°. As Comissões Técnicas serão criadas pelo Presidente do Consórcio através de portaria.

§ 2°. Os Técnicos serão do quadro de pessoal do Consórcio ou cedidos pelos entes consorciados, mediante solicitação do Presidente do consórcio.

§ 3°. As Comissões poderão funcionar de forma permanente ou por tempo determinado, de acordo com as exigências das demandas.

(NOVO CAPITULO)

Capítulo X
DA DIRETORIA FINANCEIRA

Art. 59. Compete *privativamente* ao Diretor Financeiro:
I – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o presidente;
II – exercer a gestão patrimonial do Consórcio;
III- planejar todas as necessidades financeiras à execução do orçamento, dentre os quais:
a) Promover o lançamento das receitas, e a execução das despesas;
b) emitir as notas de empenho de despesa.
IV – baixar portarias de para operacionalização da gestão financeira do Consórcio.
§ 1º. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Diretor Financeiro,
§ 2º. Ao Diretor Financeiro Substituto compete substituir o Diretor Financeiro nas suas ausências, licenças, impedimentos ou renúncia.

(NOVO CAPITULO)

Capítulo XI
DO CONSELHO FISCAL

Art. 60. O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização interna do Consórcio, constituído de 03 (três) membros efetivos e de 02 (dois) membros suplentes sendo estes: 1º suplente e 2º suplente, serão eleitos na mesma Assembleia de eleição da Diretoria Executiva, por indicações consensuais feitas pelos participantes da assembleia.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente após a Assembleia Geral de Eleição do Consórcio para eleger o Presidente, e anualmente até o último dia de fevereiro para analisar e emitir o parecer sobre a prestação de contas anuais apresentadas pela Diretoria Executiva, extraordinariamente quando necessário reunirá.

§ 1º. O Presidente do Conselho deverá convocar as reuniões ordinárias com 15 (quinze) dias de antecedência, podendo as mesmas em caso de omissão do presidente do conselho, ser convocada de forma extraordinária por qualquer um de seus membros.

§ 2º. O parecer do Conselho será de: regularidade ou irregularidade das contas apresentadas pela Diretoria Executiva.

§ 3º. O Conselho só pode deliberar com a presença de 03 (três) de seus membros.

§ 4º. Em caso de impedimento de algum dos membros efetivos de participar da reunião do Conselho, o presidente do conselho convocará o suplente imediato.

Art. 61. Compete ao Conselho Fiscal:
I – fiscalizar toda atividade econômica da Consórcio;
II – acompanhar periodicamente a escrituração e documentações contábeis do Consórcio;
III – examinar a prestação de contas da Diretoria Executiva, emitindo seu primeiro parecer, e encaminhar as peças contábeis para apreciação da Assembleia Geral;

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

IV – convocar e colocar em apreciação da Assembleia Geral as irregularidades constadas na administração no Consórcio.

V – fiscalizar o cumprimento dos contratos de rateio do Consórcio.

VI – baixar parecer de suas decisões

Parágrafo único. Os estatutos poderão dispor sobre outras competências do Conselho Fiscal.

TITULO IV (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS)

CAPITULO I (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS)
(ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO)
ART. 62. (ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E INSERÇÃO DO INCISO VI)

Art. 62. A interpretação do disposto nestes estatutos deverá ser compatível com o Contrato de Consórcio Público, bem como aos seguintes princípios:

.....

VI - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

(ART. 63, INALTERADO)
(ART. 64, INALTERADO)

CAPITULO II (DO FORO)
(INALTERADO)
(ART. 65, INALTERADO)

CAPITULO III (DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)
(ALTERAÇÃO, E INSERÇÃO DE PARÁGRAFOS)
(ART. 66, ALTERAÇÃO DO CAPUT E § 1°, E INSERÇÃO DOS: § 3°, § 4°, § 5°)

Art. 66. O Presidente, pelo menos dois membros da Diretoria ou consorciados com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total dos votos poderão apresentar proposta de alteração destes estatutos.

§ 1°. Protocolada proposta de alteração do estatuto o Presidente convocará Assembleia Geral Extraordinária com no minimo 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municipios de Goiás, no quadro de avisos da sede do **CBC/GO**, no sítio da Internet do Consórcio durante o intervalo entre a data da convocação e da realização da assembleia, podendo dar publicidade aos consorciados por outros meios, tais como rede sociais, e constará do aviso:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembleia;

II - o local, o horário e a data da Assembleia;

III - a proposta de alteração dos estatutos;

.....

§ 3°. A Assembleia Geral se instalará na forma prevista neste estatuto, e deliberará por maioria simples dos representantes **de mais de** 50% (cinquenta porcento) dos entes consorciados, presentes e aptos a votar.

§ 4°. Alterações deste Estatuto somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Muncipios de Goiás, no sitio do Consórcio na internet., e registro público.

§ 5°. Fica desde já autorizado a todos os signatários e aderentes a utilização da assinatura eletrônica sempre que for exigida a aposição de assinatura.

CAPITULO IV (DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS)
(ALTERAÇÃO)
(ART. 67, ALTERAÇÃO)

2° TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS GO

Ilana Miguel Mendonça
Advogada
OAB/GO - 41253

Art. 67. No ultimo ano de mandato dos prefeitos consorciados, a convocação para eleição de diretores e conselherios do CBC/GO será dirigida ao prefeito(a) eleito e diplomado(a), para após a posse no municipio, participar da Assembleia Geral Ordinária de eleição no Consórcio.

(ART. 68, ALTERAÇÃO)

Art. 68..Fica estabelecido o Diário Municipal de Goiás da Associação Goiana de Municípios como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CBC/GO.

(ART. 69, ALTERAÇÃO)

Art. 69. Os estatutos do Consórcio e suas alterações somente entrarão em vigor após publicação no Diário Oficial dos Muncipios de Goiás, e registro público, ficando revogada as disposicões da Assembléia Geral do dia 06 de dezembro 2018 que tratou da reforma deste estatuto, e convalidado os atos praticados desta data até publicação destas aterações.

Goiânia - GO, aos 13 de dezembro de 2023

ASSINATURAS *(ATUALIZAÇÃO DOS NOMES DE REPRESENTANTES SUBSCRITORES)*

ANEXO I (DO QUADRO DE PESSOAL, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO)

CAPITULO I *(DO CARGO DE SUPERINTENDENTE) (ALTERAÇÃO DO TITULO E ADEQUAÇÃO, E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES)*

(ART. 1º, ALTERAÇÃO)

Capitulo I

DOS CARGOS DA SUPERINTENDENCIA

Art. 1º Os cargos públicos em comissão de Superintendente e Assessor da Superintendência do Consórcio Intermunicipal Brasil Central/GO, identificado pela sigla CBC/GO tem os vencimentos constantes da tabela I.

CAPITULO II *(DOS EMPREGOS PÚBLICOS)*
(INALTRADO)
(ART. 2º, INALTERADO)
(ART. 3º, INALTERADO)
(ART. 4º, INALTERADO)
(ART. 5º, INALTERADO)
(ART. 6º, INALTERADO)
(ART. 7º, INALTERADO)
(ART. 8º, INALTERADO)
(ART. 9º, INALTERADO)
(ART. 10, INALTERADO)
(ART. 11, INALTERADO)
(ART. 12, INALTERADO)
(ART. 13, INALTERADO)

CAPITULO III *(DISPOSIÇÕES GERAIS)*
(INALTERADO)
(ART. 14, INALTERADO)
(ART. 15, INALTERADO)
(ART. 16, INALTERADO)

(ANEXO I – TABELA I, ATUALIZADO PELO INPC)

2º TABELIONATO DE NOTAS INHUMAS-GO

2º Tabelionato de Notas e Documentos e Pessoa Jurídica
Dra. Andréa Jácomo Balestra - Tabeliã Susbtituta - iuscartorio2oficio@hotmail.com
Telefax: (62) 3511-1532 - Rua Mamédio Calil, nº 19 - Centro - Inhumas - GO - CEP 75.400-000
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
02992403215051030660004- Consulte em
http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo
PROTOCOLO Nº 0018523 · REGISTRO Nº 0004175
AVERBAÇÃO 38 - LIVRO A-058 FLS 174 191
INHUMAS- GO, 21/03/2024
SIMONE MARIA PESSONI
Escrevente
Emolumentos: R$68,32; Taxa Judiciária: R$18,87; Fundos Estaduais:R$14,52; ISS: R$3,42
2º BELIONA

Itamar Miguel Mendonça
Advogado
OAB/GO - 41253

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL BRASIL CENTRAL
GOIÁS BRASIL

Anexo I - Tabela I

Quadro de Pessoal do Consórcio – Quantitativo e Vencimentos do Cargo em Comissão

(corrigido pelo INPC acumulado de 2022 - 5,93%)

Cargo	Quantitativo	Subsídio	Corrigido INPC 5,93%
Superintendente	1	R$ 7.800,00	R$ 8.262,54
Assessor da Superintendência	1	R$ 3.900,00	R$ 4.131,27

- Em o profissional pertencendo a carreira de estado de qualquer um dos entes consorciados, a seu critério poder-se-á manter as duas remunerações, mas com um redutor de 35% no subsídio dado ao superintendente.

Anexo I - Tabela II

Quadro de Pessoal do Consórcio - Quantitativo de Empregos

Emprego	Quantitativo
Gestor	2
Analista	2
Técnico	4
Assistente administrativo	3
Assistente operacional	3

Anexo I - Tabela III

Emprego de - Estrutura de Classes e Padrões e Tabela de Salários por Emprego

(corrigido pelo INPC acumulado de 2022 - 5,93%)

Classe	Padrão	Salários (R$)				
		Gestor	Analista	Técnico	Assistente administrativo	Assistente operacional
A	1	4.025,34	2.860,11	1.694,88	847,44	847,44
	2	4.105,85	2.917,31	1.728,78	864,39	864,39
	3	4.187,96	2.975,66	1.763,35	881,68	881,68
	4	4.271,72	3.035,17	1.798,62	899,31	899,31
	5	4.357,16	3.095,88	1.834,59	917,30	917,30
B	6	4.444,30	3.157,79	1.871,29	935,64	935,64
	7	4.533,19	3.220,95	1.908,71	954,36	954,36
	8	4.623,86	3.285,37	1.946,89	973,44	973,44
	9	4.716,33	3.351,07	1.985,83	992,91	992,91
	10	4.810,65	3.418,10	2.025,54	1.012,76	1.012,76
C	11	4.906,87	3.486,45	2.066,05	1.033,03	1.033,03
	12	5.005,00	3.556,19	2.107,37	1.053,69	1.053,69
	13	5.105,11	3.627,31	2.149,52	1.074,76	1.074,76
	14	5.207,21	3.699,86	2.192,51	1.096,26	1.096,26
	15	5.311,35	3.773,85	2.236,36	1.118,18	1.118,18

Goiânia, 13 de dezembro de 2023.